

Economia

MERCADOS



Bolsa cai com ajuste de posições e de olho em inflação nos EUA

JULIANA MACHADO/AE

Amparado pela alta das ações da Petrobras, em uma ponta, e contido pela baixa do setor bancário e da Vale, na outra, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou o dia em queda de 0,18%, aos 206.505,98 pontos, tocando uma máxima intradiária de 207.220,81 pontos (+0,16%) e uma mínima de 203.463,77 pontos (-1,65%).

Em dia de alta do petróleo, a Petrobras PN subiu 2,22%, enquanto a ON avançou 1,94%, ao passo que Vale (-0,66%) e grandes bancos - como Itaú (-1,41%), Bradesco PN (-1,14%) e BTG Pactual (-2,81%) - terminaram o dia no campo negativo. O giro financeiro das ações do índice ficou dentro da média, em R\$ 31 bilhões.

Até o início da tarde de ontem, a sessão foi marcada por uma pressão maior na renda variável local e nos EUA na depois do índice de preços ao consumidor (CPI, em inglês) apontar inflação acima do esperado, reforçando a chance de juros mais altos por mais tempo lá fora. Em um susto inicial, o mercado passou a precificar chance maior de elevação dos juros pelo Federal Reserve (Fed) em outubro, mas o dado foi digerido ao longo da sessão e, no fim da

tarde, as apostas voltaram a indicar cerca de 60% de probabilidade de manutenção neste mês.

DÓLAR

Após tocar R\$ 5,05 em uma arrancada pela manhã, o dólar perdeu fôlego ao longo da tarde, acompanhando a desaceleração dos ganhos da moeda americana no exterior e a virada dos Treasuries longos para o campo negativo, e fechou em leve alta, na casa de R\$ 5,02.

Apesar da proximidade da corrida presidencial, a dinâmica de formação da taxa de câmbio foi ditada pelo cenário externo. A leitura da inflação ao consumidor americano acima das expectativas reforçou as expectativas de mais aperto monetário nos EUA, o que deu força ao dólar.

Após rondar R\$ 5,03 nas últimas horas do pregão, dólar à vista terminou o dia em alta de 0,17%, a R\$ 5,0289. Apesar da alta nos dois últimos pregões, quando voltou a superar a faixa de R\$ 5,00, a moeda americana ainda recua 2,82% em outubro - o que leva a desvalorização acumulada em 2026 a 8,38%. O real tem o segundo melhor desempenho entre as moedas mais líquidas no ano, atrás apenas do peso colombiano.

STF

Bancos não devem incluir expurgos inflacionários em correção de depósito judicial

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 7 a 2, que os bancos não precisam incluir os valores de expurgos inflacionários na correção monetária de depósitos judiciais. O entendimento fixado ontem, vale para todo o Judiciário e pacifica milhares de processos que tramitam na primeira e na segunda instâncias.

A discussão envolve litigantes que tinham depósitos judiciais à época dos planos econômicos, nas décadas de 80 e 90, em diversas instituições financeiras do País. O expurgo inflacionário é a recomposição das perdas provocadas pelas mudanças no índice de correção monetária na época.

Com a decisão, o Supremo derrubou entendimento de 2017 do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na ocasião, o STJ estabeleceu que a correção dos depósitos judiciais deve incluir os expurgos inflacionários para preservar o poder de compra.

No caso concreto, a Itacan

Refrigerantes havia depositado valores na Caixa Econômica Federal para pleitear a suspensão da cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Ao sacar o valor, a empresa alegou que as perdas inflacionárias não foram incluídas pela Caixa.

Ao julgar o tema, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) deu razão à Caixa. Essa decisão foi, depois, reformada pelo STJ. Com a decisão desta quarta-feira, volta a vigorar o entendimento do TRF-2.

Venceu a divergência apresentada pelo ministro Flávio Dino (**foto**). Ele argumentou que o Supremo já validou os planos econômicos que buscavam conter a hiperinflação e, por isso, deve manter a coerência ao julgar casos que discutem seus desdobramentos.

"Precisamos sepultar esses zumbis, esses fantasmas, que ainda percorrem os escaninhos da vida pátria", afirmou Dino ao votar. "Essa é a diretriz jurisprudencial mais recente, é a que pacifica, confere uma congruência melhor."

CNI

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) subiu 1,3 ponto em outubro, para 46,2 pontos, segundo pesquisa divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Apesar da melhora, o indicador permanece abaixo dos 50 pontos, faixa que separa a confiança da falta de confiança. Com isso, a indústria brasileira completa 22 meses consecutivos sem confiança.

O avanço foi impulsionado pela melhora nas expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Em contrapartida, a avaliação sobre as condições atuais das empresas e da economia piorou, atingindo o menor nível desde julho de 2020, durante a pandemia de Covid-19.

BANCO DO BRASIL

ANDRÉ MARINHO/AE

O Tesouro Reserva, título público do Tesouro Direto voltado para reserva de emergência, atingiu a marca de R\$ 7,5 bilhões em aplicações de mais de 186 mil clientes do Banco do Brasil. O maior montante inves-

tido está concentrado no Estado de São Paulo, com R\$ 1,8 bilhão de mais de 48 mil pessoas. Lançado em maio, o produto está disponível apenas para usuários do banco público e funciona como uma alternativa às tradicionais "caixinhas", que foram popularizadas pelas fin-

techs. O rendimento é indexado à taxa Selic e o resgate pode ocorrer a qualquer hora do dia durante toda a semana. "Ao reduzir barreiras de valor, horário e complexidade, o produto pode apoiar uma mudança de hábito: começar com

CONDIÇÕES ATUAIS

Na contramão das expectativas, o Índice de Condições Atuais recuou 0,2 ponto em outubro, passando para 40 pontos. Esse é o menor resultado desde julho de 2020.

A queda foi influenciada principalmente pela avaliação

negativa dos empresários sobre a situação de suas próprias empresas.

Segundo Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, a percepção desfavorável está relacionada à redução da demanda por produtos industriais, à pressão dos custos e às incertezas no cenário internacional.

"Esse patamar bastante negativo é explicado por uma série de fatores. Alguns elementos já vêm de algum tempo, como a queda da demanda por produtos industriais, mas outros, mais recentes, agravaram o quadro", explicou Azevedo em nota.

A CNI também destacou que os custos elevados têm pressionado a saúde financeira das empresas, agravando as dificuldades enfrentadas pelo setor.

Confira os principais resultados do levantamento de ou-

tubro:

- Icei: 46,2 pontos, alta de 1,3 ponto;
- Índice de Expectativas: 49,3 pontos, avanço de 2,1 pontos;
- Índice de Condições Atuais: 40 pontos, recuo de 0,2 ponto;
- Período sem confiança: 22 meses consecutivos.

METODOLOGIA

A pesquisa da CNI foi realizada entre 1º e 7 de outubro, com 1.103 empresas industriais de diferentes portes em todo o país.

A amostra foi composta por 456 pequenas empresas, 414 médias e 233 grandes empresas.

O Icei reúne a percepção dos empresários sobre a situação atual da indústria e as perspectivas para os seis meses seguintes. Resultados abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança no setor.

FERROVIAS/RODOVIAS

Próximo governo começa com capacidade de leilões no 1º semestre

GABRIELA DA CUNHA/AE

O ministro dos Transportes, George Santoro, afirmou ontem, que o governo federal terá condições de realizar leilões de ferrovias e rodovias já no primeiro semestre de 2027. Segundo ele, isso será possível graças à organização da pasta, ao aprimoramento regulatório e à parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse contexto, o ministério assinou nesta quarta um contrato para a estruturação de um projeto de concessão à iniciativa privada de 3.137 km de rodovias federais, em cinco trechos, nos Estados de Tocan-

tins, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A estimativa de investimentos é de R\$ 30 bilhões ao longo de 30 anos de concessão.

"Estamos deixando para o próximo governo condições de realizar leilões já no primeiro semestre, algo que não recebemos quando entramos. E já estamos contratando projetos com o olhar voltado para 2028, 2029 e 2030", disse durante coletiva de imprensa no Rio de Janeiro. "Amanhã vamos lançar 11 projetos de concessão rodoviária e 18 ferrovias. Está tudo aderente ao Plano Nacional de Logística", afirmou.

O ministro também informou que serão divulgadas consultas públicas dos planos setoriais de rodovias e ferrovias.

Os novos projetos rodoviários estão sendo concebidos dentro de um plano integrado de logística, conectados a ferrovias, portos e corredores de exportação, com estruturação por corredores logísticos voltados tanto ao abastecimento e à economia interna quanto ao escoamento para o mercado externo.

A pasta ainda vai lançar, em conjunto com o Ministério das Comunicações, uma política de conectividade integrada para as rodovias. "Todos os projetos vão ter 5G, já prevendo, no fu-

turo, a possibilidade de carros autônomos e a adoção de soluções de inovação voltadas à segurança viária, como iluminação em LED com sistemas inteligentes", disse.

Santoro sustentou que, no atual governo, com apoio do BNDES, a União foi capaz de voltar a atrair capital internacional e recolocar o Brasil no radar global de investimentos em infraestrutura. "Este é o primeiro governo, desde a Constituição de 1988, que vai entregar o Plano Nacional de Logística e os planos setoriais de rodovia, ferrovia e hidrovias, todos dentro de uma mesma gestão", reiterou.

FECOMERCIO-SP

Queda de energia e combustíveis alivia inflação na RMSP

POR GABRIEL CÉZAR/AE

O custo de vida na Região Metropolitana de São Paulo caiu 0,04% em agosto, puxado pela redução nos preços da energia elétrica e dos combustíveis, segundo a pesquisa Custo de Vida por Classe Social (CVCS), da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fe-

comercioSP). As classes D e E registraram as maiores quedas, de 0,14% e 0,07%, respectivamente. Já as classes A e B apontaram estabilidade de 0,01%. O fenômeno é explicado em razão do barateamento da energia elétrica e dos combustíveis, que costumam pesar bastante o orçamento das faixas de menor renda. A conta de luz recuou 7,42%, enquanto o eta-

nol caiu 4,6% e a gasolina, 1,2%. A redução nos preços dos alimentos também contribuiu para aliviar o orçamento das famílias. Apesar do recuo mensal, o custo de vida das classes D e E acumula alta de 5,39% e 5,31% em 12 meses, acima dos índices das classes A (4,41%) e B (4,18%). A FecomercioSP alerta que parte do alívio na conta de energia elétrica decorre de um bô-

nus temporário da Itaipu e pode se reverter nos próximos meses.

O CVCS, formado pelo Índice de Preços de Serviços (IPS) e pelo Índice de Preços do Varejo (IPV), utiliza informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE e contempla as cinco faixas de renda familiar (A, B, C, D e E) para avaliar os pesos e os efeitos da alta de preços.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

ECONOMISTAS

Corte amplo de gastos públicos afetaria área social

LUCAS PORDEUS LEÓN/ ABRASIL

Um corte de gastos públicos no Brasil de grandes proporções que preserve os programas sociais e os reajustes do salário mínimo, pensões e aposentadorias é inviável, calculam economistas ouvidos pela Agência Brasil.

O professor Pedro Paulo Zalhuth Bastos, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirmou que cortes expressivos, como os de cerca de R\$ 200 bilhões discutidos durante a campanha presidencial, tendem a alcançar as áreas sociais.

“Cerca de 90% do gasto primário federal é obrigatório: Previdência, BPC (Benefício de Prestação Continuada), pessoal, pisos de saúde e educação, Bolsa Família. O que sobra, as despesas discricionárias, soma pouco mais de R\$ 200 bilhões”, disse.

Bastos acrescenta que, dentro das despesas discricionárias, que são aquelas que podem ser usadas livremente pelo governo, estão os investimentos, além dos custos de universidades, de hospitais federais e da Polícia Federal (PF).

“Um corte de R\$ 200 bilhões que preserve os benefícios sociais zera o resto. Se não zera, entra nos benefícios. Não há terceira opção”, concluiu o economista.

A professora de economia Maria Lourdes Mollo, da Universidade de Brasília (UnB), explicou que não é possível fazer cortes substanciais no orçamento público sem afetar a área social.

“Não apenas em função das políticas sociais especificamente, que serão comprometidas, mas

porque os gastos públicos têm um efeito multiplicador na renda e no emprego que é perdido”, disse.

A professora sustenta que as despesas públicas contribuem para estimular a economia e que, com as altas taxas de juros praticadas no Brasil, os cortes de gastos tendem a causar retração na economia como um todo.

“Além disso, como a arrecadação cai com o produto, o que será destinado para educação e saúde, que é uma proporção da receita, cai também”, acrescentou.

Após defender um “tesouração” inspirado no governo de Javier Milei, que fez cortes em áreas como saúde, educação e alimentação na Argentina, o candidato Flávio Bolsonaro tem sustentado que não pretende reduzir programas e benefícios sociais caso seja eleito.

Na equipe de Lula, o discurso é de que o ajuste fiscal será necessário em um eventual quarto mandato, mas que ele seria gradual e ao longo dos quatro anos.

Em entrevista exclusiva à Folha de São Paulo, o ministro do planejamento, Bruno Moretti, projeta sair de um déficit das contas públicas de 0,5% do PIB neste ano para um superávit de 1,5% em 2030.

“Nós estamos falando de desacelerar despesas obrigatórias, compatibilizar o direito das pessoas com o processo de manter as contas públicas em ordem”, afirmou Moretti.

CORTE DE 1,5% DO PIB

Em agosto deste ano em entrevista à Globo News, a coordenadora da equipe econômica de Flávio Bolsonaro, Daniella Marques, afirmou que o plano prevê

mudanças nas regras fiscais para controlar a dívida pública, o que inclui um ajuste de 1,5% do Produto Interno Bruto, algo em torno de R\$ 190 bilhões, considerado o PIB de 2025.

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva aponta que o “tesouração” de Flávio deve prejudicar os aposentados e pensionistas do INSS e os beneficiários dos programas sociais, o que é negado pelo senador fluminense.

“Eu não vou fazer economia em cima de quem precisa, das pessoas mais carentes desse Brasil”, reforçou o presidencialvel do PL.

SUPERSALÁRIOS

Nos últimos dias, a campanha de Flávio tem defendido que os cortes seriam limitados aos supostos privilégios do funcionalismo público, como os supersalários, entre outras despesas na máquina pública. Ele também defende aumentar as ações de combate às fraudes.

O professor Pedro Paulo destaca que essas despesas somam alguns bilhões, não centenas de bilhões.

“Supersalários e penduricalhos acima do teto são um problema de justiça, não de orçamento. Extinguir dez ministérios economiza o custo administrativo, que é pequeno; o dinheiro está nos programas que os ministérios executam”, comentou.

Ainda segundo o especialista,

combater fraudes no INSS pode render recursos uma vez, mas não o ano todo. “Nenhum governo cortou R\$ 200 bilhões em desperdício. Quem cortou, cortou da população”, completou.

Para o economista da Unicamp, a única forma de chegar a cortes de 1,5% a 2% do PIB é por meio de cortes em despesas obrigatórias ou mudanças nos cálculos dos reajustes dos benefícios atuais.

“Ninguém perde o benefício de hoje, perde o reajuste de amanhã. O aposentado que ganha um salário mínimo deixa de ter o ganho real que teve todos os anos desde 2023. Em dez anos, isso é uma reforma da Previdência feita sem votar reforma da Previdência”, pontuou.

JUROS PRESSIONAM

O corte de gastos públicos é uma das principais exigências do mercado financeiro para os governos e candidatos sob o argumento de que as despesas pressionam a dívida pública e colocariam em risco a sustentabilidade das contas do Estado brasileiro.

O professor da Unicamp Pedro Paulo Bastos destaca que o principal fator que pressiona o déficit público são os juros, que vêm consumindo cerca de R\$ 1 trilhão ao ano. O Brasil alcançou, em setembro, as maiores taxas reais de juros do mundo, segundo a consultoria Moneyou.

Por 461 a 4

Câmara aprova PLP que amplia teto do MEI e perdoa dívidas

CÂMARA DOS DEPUTADOS



GABRIEL MÁXIMO/AE

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, o projeto de lei complementar que amplia o limite de faturamento do microempreendedor individual (MEI) dos atuais R\$ 81 mil por ano, para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil a partir de 2028. O texto foi aprovado por 461 a 4. Agora, a proposta segue ao Senado.

Em seu substitutivo, o relator da proposta, Rubens Pereira Jr. (PT-MA) (**foto**), manteve a redação dada pelo Executivo, que além da ampliação do teto de faturamento também estabelece que MEIs poderão contratar até dois funcionários.

Rubens incluiu ainda o perdão das dívidas dos MEIs, que terá impacto de R\$ 3 bilhões em três anos, segundo a equipe econômica do governo. A medida constava em uma outra proposta anunciada terça-

feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e que havia sido apensada ao projeto.

O texto estabelece a remissão integral de débitos relacionados às contribuições devidas pelos MEIs inscritas na Dívida Ativa da União até 13 de outubro de 2026. Para ser beneficiado, o microempresário terá que manter suas contribuições em dia nos seis meses posteriores à entrada em vigor da lei, em 1º de janeiro de 2027, e desistir de eventuais ações judiciais relacionadas às dívidas perdoadas.

Além disso, o projeto também autoriza a administração pública a fazer licitações específicas para MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte desde que o valor seja igual ou menor à metade do limite para compras ou serviços que podem ser contratados sem licitação, atualmente em R\$ 65.492,11.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 254/2025

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem da Contratação nº 254/2025 no dia 27/10/2026 às 13h. **Objeto:** Aquisição de Acessórios para os Ventiladores Magnamed (circuito de óxido nítrico completo autoclavável adulto 3,0 metros; circuito de ventilação infantil autoclavável conjunto completo 3,0 metros, com conector em; circuito respiratório pediátrico autoclavável completo 3,0 metros com y em silicone e etc). **Processo** nº 33409.001948/2025-13. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO

MINISTÉRIO DA DEFESA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE EDITAL 131/2026 - CMDO 1º DE

O Comando da 1ª Divisão de Exército (Cmdo 1º DE), UASG 160297, torna público que fará realizar a licitação na modalidade Pregão eletrônico Contratação 160297-131/2026, do tipo maior desconto, sob o Nº do Processo: 64277.002261/2026-44, Id contratação PNCP: 00394452000103-1-021607/2026, cujo objeto é a CESSÃO DE USO, para exercício de atividade de apoio para funcionamento de uma alfaiataria. O edital e anexos encontram-se disponível no Endereço: Av. Duque de Caxias, 1965, Vila Militar - Rio de Janeiro/RJ, no PNCP, ou no site <https://www.gov.br/compras/>, sendo a data da abertura das Propostas dia 06/10/2026, às 08:00h, no site www.gov.br/compras.

CEFET/RJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão na Forma Eletrônica nº 233/2026 – UASG 153010

OBJETO: registro de preços para contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação composta por ativos de infraestrutura de rede Wi-Fi, compreendendo o fornecimento, a instalação, a garantia e a assistência técnica, visando atender às necessidades dos campi Maracanã, Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença do Cefet/RJ. **PROCESSO SUAP** Nº: 23063.003161/2025-82. **ID DA CONTRATAÇÃO NO PNCP:** 42441758000105-1-000179/2026. **EDITAL DISPONÍVEL EM:** <https://pnpc.gov.br/app/editais>. Igor F. Boroto Thomaz do Carmo – Pregoeiro.

FAROS CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
CNPJ 29.200.473/0001-14 - NIRE 3321045973-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS

A administração da FAROS CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA., sociedade empresarial limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 29.200.473/0001-14, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33210459732 (“Sociedade”), nos termos da Cláusula Sétima do contrato social e dos arts. 1.072 e 1.152, § 3º, do Código Civil, convoca os sócios da Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral de Sócios (“Assembleia”), em primeira convocação, no dia 23 outubro de 2026, às 08h30min, nas dependências da sede social, localizada na Avenida Atlântica, nº 1130, Ent nº 1, sala 1001, Sup. Cl 80648, 14º andar, parte B, bairro Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.021-000, para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) o ingresso de sócios; (ii) a abertura de filial da Sociedade em Porto Alegre/RS; e (iii) a alteração e consolidação do contrato social da Sociedade. **Informações Gerais:** Para participação na Assembleia, os sócios ou seus representantes deverão apresentar documento de identificação e, quando aplicável, instrumento de mandato com especificação dos atos autorizados.

Rio de Janeiro/RJ, 13 de outubro de 2026.

Felipe Antônio Bichara – Diretor Administrativo.

REDE D'OR SAO LUIZ S.A., CNPJ: 06.047.087/0115-05, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo EIS-PRO-2022/01121, a Licença Municipal de Instalação - LMI Nº 53/2026 com validade de 48 (quarenta e oito) meses para construção de edificação de uso exclusivo destinado a hospital e maternidade na Av. Jaime Silvano, 08, São Conrado, Rio de Janeiro/RJ – CEP 22.610-050.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.248/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o Edital de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CIRCUITOS VENTILATÓRIOS DESCARTÁVEIS) (02 ITENS)**, estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.014391/2025-81. Abertura da sessão pública às 10h do dia 20/10/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.104/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DO MATERIAL DE CONSUMO (COMPRESSA NEUROCIRÚRGICA) (07 ITENS)**, estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.014391/2025-81. Abertura da sessão pública às 10h do dia 27/10/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.
CNPJ nº 28.944.734/0004-90 - NIRE 33901982480

Termo de responsabilidade como fiel depositário de 05/10/2026

(Art. 3º e 5º da IN/DREI 52/2022 e §2º do Art. 1º do Decreto 1.102/1903). À Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Eu, Leandro Costa Aleixo, Empresário, inscrito no CPF sob o nº ***.995.167-**, nomeado Fiel Depositário da Unidade de Operação de Armazém ou Trápiche da empresa **Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.**, localizada à Rua Nelson da Silva, nº 663 - Parte, Santa Cruz - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 23.565-906, inscrita no CNPJ sob o nº 28.944.734/0004-90 e no NIRE 33901982480, venho pela presente, declarar, para os devidos fins, sob as penas da Lei, que assumo o compromisso de guardar e fazer pronta entrega de todas as mercadorias que receber no referido armazém, ficando por este termo obrigado a cumprir fielmente os deveres e atribuições do ofício e a gozar das prerrogativas, direitos e ações conferidos legalmente aos Fiéis Depositários de Armazéns Gerais. Rio de Janeiro, 05 de Outubro de 2026. **Leandro Costa Aleixo** - Fiel Depositário. Referência: Processo nº SEI-220005/002767/2026. SEI nº 143169819. Registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o Nº SEI220005/002767/2026.

CEFET/RJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 28/2026

OBJETO: o objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos para o curso técnico em Manutenção Automotiva, visando atender às necessidades da Uned Maria da Graça do Cefet/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.003094/2026-87. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 15/10/2026, às 10h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras/pt-br/. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** em 27/10/2026, às 10h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras/pt-br/. **RETIRADA DE EDITAL:** o edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br/). Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2026. Rodrigo Martins de Oliveira – Pregoeiro do Cefet/RJ.

CONCESSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

GLÓRIA D'OR OPERAÇÕES HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 53.781.619/0001-47, torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº EIS-PRO-2024/07545, a Licença Ambiental Municipal de Operação - LMO nº 111/2026 com validade de 13/10/2036 para atividade hospitalar com internação, localizada na Rua Santo Amaro, 80, 86, 88, 90 e 92, com entrada suplementar pela Rua Benjamin Constant, 63 - Glória/RJ.

FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **FAMI PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), no dia 22 de outubro de 2026, às 11h, a ser realizada de forma presencial, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT N. 1, 16º andar, SUP. CL. 80.648, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.021-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) a emissão de bônus de subscrição e (ii) os termos e condições de pagamento do preço de exercício da opção de compra prevista no Acordo de Acionistas da Companhia. Rio de Janeiro/RJ, 14 de outubro de 2026. **Samy Botsman** - Presidente do Conselho de Administração.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057-334/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC (TABLET DE 10" E OUTROS) REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO-05 ITENS)**, estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.011064/2026-59. Abertura da sessão pública às 10h do dia 29/10/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 010/2026
PROCESSO Nº ARC-040112/000042/2026

A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no uso de suas atribuições legais, considerando razões de interesse público e por intermédio do Pregoeiro que este subscreve, torna público aos interessados que a Concorrência Pública Eletrônica nº010/2026, com sessão de abertura marcada para o dia 26 de Outubro de 2026, às 10:00 horas na plataforma eletrônica LICITANET, fica SUSPENSO o certame em razão do acolhimento parcial de impugnação ao Edital apresentado tempestivamente, gerando assim adequações no Projeto Básico e na Planilha Orçamentária. Todas as informações referentes ao presente certame serão disponibilizadas na plataforma eletrônica acima referida, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal da Transparência desta municipalidade.

Arraial do Cabo, 14 de Outubro de 2026

Hélio Fernando Mozart Gimenez - Pregoeiro

Portaria nº 3.067/2025

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte

MINISTÉRIO DA CULTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

(NDC 403201-134/2026)

O objeto da presente licitação é a contratação de serviços comuns de engenharia para a execução do projeto de escoramento estrutural do Casarão - Casa Grande (escoramento de fachadas, escoramento interno, escoramento de elementos isolados e tesouras, remoção de forros, proteção da cobertura com lona, mobilização/desmobilização e gestão de resíduos), do Centro Cultural Aldeia de Arcozele, localizado na Avenida Paschoa Carlos Magno, nº 450, Arcozele, Paty do Alferes (RJ), CEP 26950-000, pertencente à Fundação Nacional de Artes (Funarte), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Abertura das Propostas: 03/11/2026 às 11:00 horas.

Local: Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

Endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e [https://www.gov.br/funarte/pt-br/](https://www.gov.br/funarte/pt-br)

Valquiria Pimentel da Cunha Correia
Pregoeira
Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

Viradinha

Crianças poderão passar a noite em Centro Cultural

O Centro Cultural São Paulo (CCSP) recebe uma atividade especial no próximo sábado e domingo: a Viradinha Acampamento. Com programação das 18h de sábado às 9h de domingo, a iniciativa convida crianças de 5 a 12 anos e seus responsáveis a passar a noite no equipamento da Prefeitura, com atividades que incluem teatro, contação de histórias, cinema e música. A participação é gratuita, com 20 vagas para duplas formadas por uma criança e um adulto. As inscrições devem ser feitas aqui.

O Acampamento acontece exclusivamente no CCSP e ocupa seus espaços com atividades que se estendem da chegada das famílias ao café da manhã do dia seguinte. No sábado, a programação começa com a montagem das caminhinhas e baracas e uma baladinha com DJ.

Na sequência, uma performance conduz os participantes em um percurso até a biblioteca. Às 20h30, o grupo Sobrevento apresenta o espetáculo O Amigo Fiel na Sala Ademar Guerra. Após o jantar, haverá uma sessão de cinema com música ao vivo e pipoca, antes da hora de dormir.

Na manhã de domingo, o grupo Viajantes de Papel apre-senta histórias musicadas para despertar os participantes. Depois do café da manhã, o grupo Arueras Ruelas realiza uma oficina de jogos da memória. Ao longo do evento, serão ofereci-dos jantar, café da manhã e dois kits de lanche.

Canal Companhia de Securitização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DE SÉRIE ÚNICA DA 83ª (OCTOGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 83ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/IME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificadas de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 83ª (Octogésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 04 de novembro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração da cláusula 5.2 do Termo de Emissão de Notas Comerciais e 8.2 do Termo de Securitização, para que passem a vigorar conforme a redação abaixo: "*Resgate Antecipado Facultativo: Após decorridos 12 (doze) meses da Data de Emissão, a Emissora poderá realizar o resgate antecipado total desta Nota Comercial, desde que notifique a Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, com no mínimo 03 (três) dias úteis da data prevista para o pré-pagamento ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do Saldo Devedor Total, conforme definido abaixo. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo, será devido à Securitizadora, a) o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a ser amortizado, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização dos CRI ou desde a Última Data de Pagamento, o que ocorrer por último, até a data do Resgate Antecipado Facultativo; b) dos Encargos Moratórios, caso aplicável, e demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; que em conjunto com (a) e (b) definem o "Saldo Devedor da Operação" e; d) um prêmio sobre o saldo do Valor Nominal Unitário da Nota Comercial ("Prêmio"), que em conjunto com "Saldo Devedor da Operação" definem o "Saldo Devedor Total", conforme tabela abaixo: Período - Prêmio: Entre 12 (doze), exclusive, e 24 (vinte e quatro) (inclusive) meses contados da Data de Emissão - 3% (três por cento) sobre o Saldo Devedor da Operação; Entre 24 (vinte e quatro), exclusive, até a Data de Vencimento - 2% (dois por cento) sobre o Saldo Devedor da Operação. (ii) Caso aprovado o item (i), aprovar a dispensa da incidência do Prêmio previsto na alínea "d" da Cláusula 5.2 da Nota Comercial e 8.2 do Termo de Securitização, na redação aprovada no item (i) acima, exclusivamente para o eventual Resgate Antecipado Facultativo a ser realizado até o dia 30 de novembro de 2026 ("Data Limite do Resgate"), permanecendo devidos os demais valores ali previstos (alíneas "a", "b" e "c"), e inalteradas as demais disposições da Cláusula 5.2 e 8.2 para qualquer outro Resgate Antecipado Facultativo que venha a ser realizado após a Data Limite do Resgate; (iii) Caso aprovado o item (ii), aprovar a autorização prévia para a constituição, até 30 de novembro de 2026, pela BROOKLIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.388.309/0001-00, na qualidade de fiduciante, em favor da OPEA SECURITIZADORA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Opea"), na qualidade de fiduciária, no âmbito da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, em duas séries, com garantia real, emitida pela INDEEP PARTICIPAÇÕES LTDA., no valor total de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centavos por cento) ao ano, que servirá de lastro aos certificados de recebíveis imobiliários da 491ª (quingentésima nonagésima primeira) emissão da Opea ("Operação"), de alienação fiduciária sobre o imóvel objeto das matrículas nºs 106.719, 9.851 e 287.280, perante o 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP ("Ofimóvel"), em posição subsequente e subordinada à alienação fiduciária atualmente existente sobre o imóvel em favor do Patrimônio Separado dos CRI, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel – Stella Marina, sem que a nova alienação fiduciária produza, neste ato, qualquer efeito sobre a garantia ora existente, tampouco prejuízo, alteração ou exequibilidade, tornando-se a nova alienação fiduciária automaticamente eficaz, nos termos do artigo 22, §§ 3º e 4º, da Lei nº 9.514/97, conforme alterada pela Lei nº 14.711/2023, apenas quando do cancelamento da garantia ora existente, o que ocorrerá mediante apresentação de termo de quitação assinado pela Securitizadora, a ser emitido quando confirmado o Resgate Antecipado Facultativo com o efetivo e integral pagamento do Saldo Devedor Total, nos termos da Cláusula 5.2.1 da Nota Comercial e 8.2.1 do Termo de Securitização, sem que tal constituição configure uma Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, nos termos da Cláusula 8.2.5, inciso "I" do Termo de Securitização. Caso o efetivo pagamento do Saldo Devedor Total não seja verificado pela Securitizadora até 30 de novembro de 2026, qualquer nova constituição de garantia necessitará de nova aprovação dos Titulares de CRI; (iv) Caso aprovado o item (ii), aprovar a autorização prévia para a constituição, até 30 de novembro de 2026, pela BROOKLIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.388.309/0001-00, na qualidade de fiduciante, em favor da Opea, na qualidade de fiduciária, de alienação fiduciária sobre os recebíveis, presentes e futuros, decorrentes da alienação das unidades autônomas do empreendimento situado no imóvel ("Recebíveis Stella Marina"), em garantia da Operação destinada ao pré-pagamento integral do Saldo Devedor Total da Nota Comercial e consequentemente do CRI série única da 83ª emissão da Canal Companhia de Securitização, em posição subsequente e subordinada à cessão fiduciária atualmente existente sobre os Recebíveis Stella Marina em favor do Patrimônio Separado dos CRI, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, sem que a nova cessão fiduciária produza, neste ato, qualquer efeito sobre a cessão fiduciária atualmente existente sobre os Recebíveis Stella Marina em favor do Patrimônio Separado dos CRI, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, permanecendo sua eficácia suspensa até que seja apresentado termo de quitação assinado pela Securitizadora, a ser emitido quando confirmado o Resgate Antecipado Facultativo com o efetivo e integral pagamento do Saldo Devedor Total, nos termos da Cláusula 5.2.1 da Nota Comercial e 8.2.1 do Termo de Securitização, sem que tal constituição configure uma Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, nos termos da Cláusula 8.2.5, inciso "I" do Termo de Securitização. Caso o efetivo pagamento do Saldo Devedor Total não seja verificado pela Securitizadora até 30 de novembro de 2026, qualquer nova constituição de garantia necessitará de nova aprovação dos Titulares de CRI; (v) Caso aprovado o item (ii), aprovar a prévia anulação, nos termos da mesma Cláusula 8.2.5, alínea (c), do Termo de Securitização, para (a) a assinatura, pela INDEEP PARTIÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 46.388.309/0001-00, na qualidade de uma das Garantidoras da Operação, e (b) a outorga de aval, por MABELMA PARTICIPAÇÕES LTDA e TRE SR PARTICIPAÇÕES LTDA, em favor da Opea, no âmbito e em garantia da Operação; (vi) Caso aprovado o item (ii), aprovar a autorização prévia para a constituição, pela DBG ÓE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.950.239/0001-00, na qualidade de fiduciante, em favor da Opea, na qualidade de fiduciária, de alienação fiduciária sobre as unidades autônomas objeto das matrículas nºs 140.116, 140.117, 140.118, 140.119, 140.120, 140.130, 140.134, 140.135, 140.151, 140.152, 140.153, 140.154, 140.155, 140.157, 140.158, 140.159, 140.160, 140.162, 140.163, 140.164 e 140.165, 140.166, 140.167, 140.169, 140.170, todas do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, integrantes do empreendimento Condomínio Hausbau Higienópolis ("Imóveis – Hausbau Higienópolis"), em posição subsequente e subordinada à alienação fiduciária atualmente existente sobre os Hausbau Higienópolis em favor do Patrimônio Separado dos CRI, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel – Hausbau Higienópolis, sem que a nova alienação fiduciária produza, neste ato, qualquer efeito sobre a garantia ora existente, tampouco prejuízo, alteração ou redução de sua prioridade, eficácia ou exequibilidade, tornando-se a nova alienação fiduciária automaticamente eficaz, nos termos do artigo 22, §§ 3º e 4º, da Lei nº 9.514/97, conforme alterada pela Lei nº 14.711/2023, apenas quando do cancelamento da garantia ora existente, o que ocorrerá mediante apresentação de termo de quitação assinado pela Securitizadora, a ser emitido quando confirmado o Resgate Antecipado Facultativo com o efetivo e integral pagamento do Saldo Devedor Total, nos termos da Cláusula 5.2.1 da Nota Comercial e 8.2.1 do Termo de Securitização, sem que tal constituição configure uma Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, nos termos da Cláusula 8.2.5, inciso "I" do Termo de Securitização. Caso o efetivo pagamento do Saldo Devedor Total não seja verificado pela Securitizadora até 30 de novembro de 2026, qualquer nova constituição de garantia necessitará de nova aprovação dos Titulares de CRI; (vi) Caso aprovado o item (ii), aprovar a autorização prévia para a constituição, pela DBG ÓE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.950.239/0001-00, em favor da Opea, na qualidade de credora fiduciária, no âmbito da Operação, de cessão fiduciária sobre os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da locação e/ou alienação dos Imóveis – Hausbau Higienópolis, em garantia da Operação, em posição subsequente e subordinada à cessão fiduciária atualmente existente sobre os respectivos recebíveis em favor do Patrimônio Separado dos CRI, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, sem que a nova cessão fiduciária produza, neste ato, qualquer efeito sobre a cessão fiduciária atualmente existente, permanecendo sua eficácia suspensa até que seja apresentado termo de quitação assinado pela Securitizadora, a ser emitido quando confirmado o Resgate Antecipado Facultativo com o efetivo e integral pagamento do Saldo Devedor Total, nos termos da Cláusula 5.2.1 da Nota Comercial e 8.2.1 do Termo de Securitização, sem que tal constituição configure uma Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, nos termos da Cláusula 8.2.5, inciso "I" do Termo de Securitização. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail at assemblies@oliveiratrust.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI INDEEP 83", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Para o caso de envio de procuração acompanhada de Instrução de Voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da Instrução de Voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: gtm@votx.com.br | agentefiduciario@votx.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. Ao optar pela Instrução de Voto, o Titular de CRI reconhece que as deliberações da assembleia podem implicar riscos não mensuráveis aos CRI e declara que realizará análise própria desses riscos, independentemente das eventuais indicações fornecidas pelo Agente Fiduciário. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificação digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes; e (iii) acompanhada de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.cvm.gov.br>) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a elaboração da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).*

São Paulo, 14 de outubro de 2026. Alejandro Merlino - Diretor de Securitização

ELEIÇÕES

SP começa a preparar mais de 114 mil urnas para o 2º turno

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Mais de 114 mil urnas eletrônicas do estado de São Paulo começaram a ser preparadas ontem para o segundo turno das eleições 2026, marcado para 25 de outubro. Somente na capital paulista, mais de 28 mil máquinas serão utilizadas no pleito.

No processo de preparação, cada urna começa a receber informações oficiais das eleições, tais como os dados sobre as candidaturas.

Uma cerimônia pública realizada no final desta manhã de ontem, na 1ª Zona Eleitoral da capital, no centro, marcou o início desse trabalho. Responsável por 449 seções eleitorais, a zona conta com 505 urnas em preparação.

O número de urnas supera o de seções para que elas possam substituir algum equipamento que enfrente problemas durante a votação.

A previsão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) é de que essa preparação seja encerrada em todo o estado até 23 de outubro, antevéspera do pleito.

No segundo turno, o eleitor de São Paulo vai ajudar a escolher o próximo presidente da República. Não haverá votação para governador em São Paulo, já que o atual governador, Tarcsio de Freitas, foi reeleito no primeiro turno.

URNAS

Para o segundo turno, o processo de preparação das urnas costuma ser mais rápido do que para o primeiro turno, explicou o chefe de cartório da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, Erick Viana. Isso acontece porque, agora, essas urnas só precisam ser reprogramadas.

“O processo é mais simples porque, no primeiro turno, a gente tem que inserir o ambiente de votação, que a gente chama de carga de seção. Mas, agora, essa preparação do ambiente já está na urna eletrônica. Então, a única coisa que precisa ser feita é reprogramá-la para que a urna entenda que só um cargo está em disputa [no estado de

São Paulo], com somente dois candidatos”, disse ele.

O primeiro passo dessa preparação é a geração das mídias contendo os dados das candidaturas. Segundo o TRE-SP, as mídias são dispositivos semelhantes a pen drives, em que são gravadas as informações necessárias para o funcionamento das urnas. Depois de receberem a gravação, os dados dessas mídias são inseridos nas urnas.

Assim que esse processo é finalizado, as urnas passam por um teste de funcionamento e, estando em condições ideais, elas são lacradas para a votação, com identificação do município, local de votação e seção eleitoral.

Depois disso, elas ficam armazenadas em caixas devidamente lacradas e assinadas pelas autoridades presentes, como juízes eleitorais, promotores e representantes de partidos e coligações. Elas são distribuídas para os locais de votação somente na véspera das eleições.

Como os sistemas estão previamente programados, não é possível utilizar as urnas antes do dia das eleições.

EXPECTATIVA

No primeiro turno, o estado de São Paulo enfrentou problemas relacionados às fortes chuvas e filas para votação. Com isso, algumas seções eleitorais do estado precisaram estender seu horário de funcionamento para depois das 17h (horário em que a votação é encerrada), porque diversos eleitores ainda estavam na fila aguardando para votar.

Para o segundo turno, a expectativa é de que não ocorram mais atrasos, disse o presidente do TRE-SP, José Antonio Encinas Manfré.

“O primeiro turno foi muito satisfatório, mas tivemos algumas interferências por causa de chuvas e ventanias. Houve necessidade, inclusive, de remoção de toda uma seção eleitoral, mas isso não comprometeu as eleições”, disse ele a jornalistas.

“Agora [no segundo turno], por se tratar de apenas um cargo (em disputa), temos a expectativa de que tudo vá se processar mais rapidamente”, completou.

Adriana Victorino/AE

O lago do Parque Ibirapuera transbordou após as fortes chuvas atingirem a capital paulista na tarde de ontem. Imagens registradas por frequentadores do parque mostram a pista de cooper alagadas e até mesmo um peixe nadando próximo à guia da calçada e uma tartaruga andando pela rua.

O temporal provocou transtornos em várias partes da cidade. O túnel do Vale do Anhangabaú, no centro, por exemplo, ficou inundado, com vários carros submersos. A estação de metrô Liberdade, na Linha 1-Azul, também ficou alagada. A Prefeitura de São Paulo suspendeu o rodízio de veículos na tarde desta quarta-feira.

Às 18h10, havia 932 quilômetros de congestionamento na capital, segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Segundo o Corpo de Bombeiros, entre 15 horas e 18 horas, houve na cidade 11 chamadas para quedas de árvores; quatro chamadas para desabamentos; e 17 chamadas para enchentes.

Segundo o Centro de Gerenciamento de Emergências da Prefeitura, a forte chuva ocorreu por conta da entrada da brisa marítima, que, em conjunto com o calor, estimula a formação de áreas de instabilidade. A combinação do ar quente e úmido com a propagação de áreas de instabilidade provenientes do interior paulista causou "pancadas de chuva de forma generalizada com intensidade moderada a forte".

Estação Liberdade do Metrô fica alagada após chuva intensa

A estação Japão-Liberdade, da Linha-1 do Metrô, ficou alagada ontem, após as fortes chuvas que atingiram a cidade de São Paulo. Passageiros registraram o momento em que a água começa a invadir a estação pelas escadas que levam até as catracas.

De acordo com o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas da Prefeitura, a

Nota

MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA TERÁ SESSÕES GRATUITAS E A PREÇOS POPULARES

A Prefeitura participa da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo com sessões gratuitas e a preços populares nas salas do Circuito Spcine, nas Casas de Cultura, nos Centros Culturais e nos CEUs. Em sua 50ª edição, o festival será realizado de 15 a 29 de outubro e contará também com uma programação especial para crianças e adolescentes: a 3ª edição da Mostriinha, que reúne 21 filmes voltados ao público infantojuvenil. As sessões a preços populares, com ingressos a R\$ 4 e R\$ 2, serão realizadas no Centro Cultural São Paulo, na Sala Paulo Emílio, e na sala de cinema do Centro Cultural Olido. As exposições gratuitas acontecerão no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes e nos CEUs.

CRIME EM COPACABANA

Justiça condena quatro por estupro coletivo de jovem

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A Justiça do Rio de Janeiro condenou quatro homens a 15 anos de prisão, em regime fechado, pela participação no dia 31 de janeiro deste ano no estupro coletivo de uma adolescente de 17 anos de idade, em um apartamento em Copacabana, na zona sul da cidade.

Os condenados são Bruno Felipe dos Santos Allegretti, João Gabriel Xavier Bertho, Mattheus Verissimo Zoel Martins e Vitor Hugo Oliveira Simomin, que tinham idades entre 18 e 19 anos, quando o crime foi cometido.

Além da condenação, a sentença da 1ª Vara Especializada de Crimes contra a Criança e ao Adolescente da Capital do Rio de Janeiro determina o pagamento de indenização pelos danos morais causados à vítima, no valor de 40 salários mínimos.

Os quatro foram absolvidos da acusação de cárcere privado.

Conforme as investigações, a vítima foi levada por um jovem de 17 anos a um apartamento que seria de um amigo e quando chegou lá ele insinuou que fariam “algo diferente”, o que foi recusado por ela. Em um quarto



SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO

do imóvel estavam os quatro que foram condenados agora pela Justiça do Rio e que insistiram em manter relações com a vítima.

Em abril deste ano, a juíza Vanessa Cavaleri (foto), da Vara da Infância e Juventude da Capital, determinou a internação do adolescente que planejou a ida da jovem ao local, onde outros homens também partici-

pariam de estupro coletivo.

A magistrada considerou a gravidade da conduta e a violência empregada, com base no entendimento de que ele armou uma emboscada contra a vítima, com quem mantinha um relacionamento afetivo.

Na época, o jovem foi condenado à medida de internação, sem possibilidade de atividades externas por um período inicial

de seis meses.

“A gravidade da infração e a falha da rede familiar em prover limites adequados justificam a medida extrema, visando à ressocialização do jovem e a preservação da ordem pública”, argumenta a juíza na sentença, que teve como um dos pontos centrais, a valorização do depoimento da vítima.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ações sobre bets aumentam mais de 1.000% na Justiça do Rio

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O número de processos sobre bets no Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) aumentou 1.087% em dois anos. A quantidade de ações cresceu de 58 para 689, entre 2024 e 2026.

As causas envolvem apostas ganhas e não pagas, alteração das “odds” (cotações sobre valores a receber em caso de acerto), bloqueios de contas e saques, além de cláusulas consideradas abusivas.

No dia 25 de setembro, o governo federal proibiu a exploração, oferta e publicidade de apostas e jogos online em todo o país.

As empresas com o maior número de ações na Justiça do Rio são a Kaizen Gaming Brasil LTDA, HS do Brasil LTDA e Ana

Gaming Brasil, detentoras das marcas Betano, Bet365 e 7K Bet, respectivamente. Contra essas instituições, apostadores cobram mais de R\$ 20 milhões, no total.

Em resposta, a Ana Gaming explica que o volume de ações judiciais está atrelado ao porte de sua operação e à sua base ativa de usuários, não representando o mérito ou o resultado desses processos, nos quais a companhia apresenta sua defesa e cumpre todas as decisões judiciais.

REFLEXOS

Dados recentes da terceira edição do Boletim Fiscal dos Estados Brasileiros indicam que as famílias brasileiras perderam R\$ 62,5 bilhões com bets em 2025.

O desembargador Peterson

Barroso Simão, integrante da Segunda Câmara Criminal do TJRJ, afirma que quando uma atividade passa a absorver recursos nessa dimensão, é natural que seus reflexos cheguem aos tribunais.

“Temos que reconhecer que determinadas práticas podem produzir riscos que exigem informação, limites de publicidade, mecanismos de proteção e fiscalização mais rigorosa. Foi assim em diversos momentos da história.”

Para o magistrado, prevenir o problema continua sendo mais eficiente – e menos oneroso para o Estado e para a sociedade – do que esperar que o tema se transforme em milhares de processos.

“A pessoa que desenvolveu uma relação compulsiva com o

jogo não precisa apenas de uma decisão judicial, precisa de tratamento, apoio psicológico, acompanhamento familiar e condições concretas para reconstruir a vida.”

Segundo o desembargador, é difícil estabelecer, juridicamente, a relação entre a atividade da plataforma e as consequências que se desenvolvem ao longo do tempo, como o endividamento progressivo, o rompimento de relações familiares ou o agravamento de problemas psicológicos.

“O futuro dessa relação dependerá menos da tecnologia das plataformas e muito mais da capacidade do Estado e da sociedade de estabelecer limites antes que os custos sociais se tornem ainda maiores.”

ORDENAMENTO

Operação de acolhimento no Méier apreende 17 facas

A Subprefeitura da Zona Norte II realizou, ontem, mais uma operação de acolhimento e ordenamento urbano na região do Grande Méier, na Zona Norte do Rio. A ação, realizada em conjunto com a Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop), Guarda Municipal e Comlurb, resultou na apreensão de 17 facas e diversos objetos cortantes e perfurantes, além da retirada de cinco toneladas de materiais das vias públicas.

A operação teve como objetivo reforçar a segurança, combater irregularidades e garantir a livre circulação de pedestres nos espaços públicos da região. Entre os materiais apreendidos pelas equipes estavam 17 facas, 12 tesouras, duas peças perfurantes, uma serra, quatro talhadeiras, quatro alicates, três martelos e quatro chaves de boca. Também foram encontrados três frascos de lança-perfume, três cigarros eletrônicos, três cachimbos, sete canudos utilizados para consumo de drogas ilícitas, três aparelhos celulares e um colete de flanelinha.

A força-tarefa integra o trabalho permanente de ordenamento urbano desenvolvido pela Subprefeitura da Zona Norte II em parceria com os órgãos municipais. As ações

buscam recuperar áreas ocupadas irregularmente, desobstruir calçadas e vias públicas e reduzir situações de risco para moradores, comerciantes e pessoas que circulam diariamente pela região.

“Nosso trabalho é permanente e tem como prioridade garantir que os espaços públicos sejam utilizados de forma segura e organizada. A apreensão de armas brancas e a retirada de cinco toneladas de materiais das ruas demonstram a importância dessas operações integradas. Não podemos permitir que calçadas e outros espaços destinados à circulação da população sejam ocupados de maneira irregular, colocando em risco a segurança e a mobilidade de quem vive e trabalha no Grande Méier”, afirmou o subprefeito da Zona Norte II, Douglas Araújo.

A operação dá continuidade a uma série de ações de acolhimento e ordenamento realizadas na região. As intervenções fazem parte de uma estratégia de fiscalização contínua, que também contempla o combate à ocupação irregular de calçadas, a apreensão de objetos que oferecem riscos à população e o encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade aos serviços municipais.

CATETE

Programa Corredores de Excelência concentra serviços de zeladoria

JONAS MONTEIRO/PREFEITURA



A Subprefeitura da Zona Sul iniciou, ontem, mais uma edição do Programa Corredores de Excelência. Desta vez, a operação acontece no Catete, na Rua Artur Bernardes. Durante três dias, até sexta-feira (16/10), equipes de diferentes órgãos municipais estarão concentradas no local para realizar uma série de serviços de zeladoria e manutenção urbana. A iniciativa busca reunir, em uma mesma operação, diferentes frentes de trabalho para atender de forma mais ágil às demandas identificadas na região.

Entre os serviços programados estão limpeza e lavagem das vias, desobstrução de ralos e bueiros, poda de árvores, fiscalização de estacionamento irregular, manutenção da iluminação pública, além de reparos de conservação.

“Essa nova etapa do projeto no Catete reforça nosso compromisso com a zeladoria e a melhoria dos espaços públicos. A atuação integrada dos órgãos, em dias seguidos, permite dar continuidade aos serviços, ampliar o alcance das ações e oferecer respos-

tas mais efetivas às demandas da população”, afirmou Pedro Angelito, subprefeito da Zona Sul.

Participam da ação equipes da Comlurb, da Secretaria Municipal de Conservação, da Rioluz, da Secretaria Municipal de Ordem Pública e da Guarda Municipal. A coordenação dos trabalhos e o acompanhamento das demandas ficam a cargo da Subprefeitura da Zona Sul.

Na semana passada, o programa foi realizado na Rua Felipe de Oliveira, em Copacabana, onde foram realizados serviços integrados de zeladoria e manutenção urbana.

O Corredor de Excelência é realizado semanalmente em diferentes logradouros da Zona Sul. A escolha dos locais leva em consideração as solicitações registradas pela população por meio da Central de Atendimento 1746, além do monitoramento realizado pelas equipes da Subprefeitura da Zona Sul, que permite identificar e acompanhar as principais demandas de cada região.

MEDICAMENTO

Anvisa proíbe canetas emagrecedoras sem registro vendidas na internet

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou ontem a apreensão de produtos sujeitos à vigilância sanitária à venda no site <https://zyntrashop.site> – incluindo a retatrutida, a tirzepatida, popularmente conhecidas como canetas emagrecedoras.

A decisão também se aplica aos produtos Retatrutude 120 mg, Caneta Retatrutide 60 mg, Tirzepatide 150mg e Caneta Tirzepatide 75 mg, comercializados na página <https://www.zphcstore.com.br/>, sob responsabilidade da ZPH Contabilidade.

A medida atinge ainda produtos com tirzepatida e retatrutida, sem o devido registro, comercializados por meio do endereço eletrônico <https://peptideosdobrasil.com.br/>, além de

itens vendidos por meio do site oxygenkwpharmabrasil.com.br/, incluindo Retagen 40 mg (retatrutida).

Em nota, a Anvisa informou que os produtos não podem ser fabricados, importados, distribuídos, divulgados nem utilizados.

“A medida visa a prevenir a utilização pela população, com fundamento no risco sanitário decorrente da disponibilização ao consumo de produtos sem comprovação de regularidade, qualidade, segurança e eficácia.”

SEM AUTORIZAÇÃO

A resolução da Anvisa também proíbe os seguintes produtos, anunciados e vendidos por empresa de origem desconhecida:

- NAD+ Liberty Pharma
- Retatrutida Liberty Pharma

- Glow GHK-Cu Liberty Pharma
- Tirzepatida Liberty Pharma
- GHK-Cu Liberty Pharma

“Vale destacar a retatrutida, à venda na internet, é uma substância que ainda não possui registro em nenhum país do mundo. Isso porque a empresa que desenvolve os estudos a respeito do medicamento sequer solicitou o registro à Anvisa ou em qualquer agência reguladora internacional.”

ALEGAÇÕES

Por fim, a publicação atinge ainda diversos produtos fabricados pela empresa Cris Barden Naturopatia Ltda. que, segundo a Anvisa, não têm registro, notificação ou cadastro.

“Os itens são divulgados com alegações relacionadas, entre outras, a ações antifúngica, antimicrobiana, anti-in-

flamatória, ao alívio de dores, à desparasitação, à desintoxicação e ao fortalecimento da imunidade, ou seja, finalidade compatível com medicamento.”

Veja a lista de itens:

- Kit Detox – Desparasitar – Desinflamar – Desintoxicar – Infantil de 1 a 5 Anos;
- Kit Detox Desparasitação – Desparasitar – Desinflamar – Desintoxicar;
- Kit Carvão Pulverizado da Casca do Coco;
- Carvão Ativado Vegetal da Casca do Coco Premium 120 g;
- Kit Detox com Quelação;
- Kit Detox Prevenção | Prata e Ouro Coloidal + Carvão Pulverizado;
- Kit Composto Emagrecedor para 3 Meses;
- Ouro Coloidal;
- Prata Coloidal.

Marinho propõe emenda à PEC da Segurança para reduzir maioria penal

NAOMI MATSUI
E VÍCTOR OHANA/AE

O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador político de Flávio Bolsonaro (PL), apresentou ontem, uma emenda à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos como regra geral e para 14 anos em casos de crimes graves, como crimes hediondos, tortura, tráfico de drogas, terrorismo e participação em organização ou associação criminosas.

A emenda foi defendida por Flávio: "Vamos botar uma emenda para redução da maioria para 16 anos. A mudança já começou, e muito antes de Flávio Bolsonaro ser presidente, vamos começar a consertar esse Brasil", disse o presidente em vídeo publicado nas redes sociais.

A emenda propõe alterar o artigo 228 da Constituição Federal e estabelecer que os me-

nores de 16 anos sejam penalmente inimputáveis, exceto nas situações previstas, com limite em 14 anos para os crimes graves.

Na justificativa, Marinho afirma que o aumento da participação de adolescentes em crimes graves coloca em xeque a suficiência do atual sistema de responsabilização socioeducativa. O senador cita condutas como homicídio, latrocínio e estupro para argumentar que o limite de internação previsto na legislação é incompatível com a gravidade desses delitos.

Segundo o parlamentar, a proposta busca estabelecer uma resposta proporcional à gravidade das infrações e reduzir o aliciamento de adolescentes por organizações criminosas.

A PEC da Segurança Pública foi aprovada ontem, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, agora, aguarda votação pelo plenário da Casa.

AMAZONAS

Governo investiga se há organização por trás de incêndios

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

As equipes da força-tarefa que atuam no combate aos incêndios que atingem o Amazonas já abriram, até o momento, 120 Termos Circunstanciados de Ocorrência, procedimentos investigatórios que servem para apurar possíveis condutas criminosas.

Durante entrevista coletiva em Manaus nesta quarta-feira (14), o ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, voltou a afirmar que os focos de incêndio tiveram como origem ação humana e garantiu investigação para identificar os responsáveis.

"Vamos iniciar uma ação forte de investigação para identificar quem está operando esse conjunto enorme de incêndios e verificar se há uma organização por trás disso. E vamos punir aqueles que forem identificados de forma exemplar para que não fique na região uma sensação de impunidade", disse.

As investigações estão a cargo das polícias Federal, Rodoviária Federal e Polícia Civil do Amazonas, atuando com outras forças de segurança. O ministro lembrou de situações similares de incêndios criminosos ocorridos em 2024, quando houve o chamado "Dia do fogo", quando foram registrados mais de dois mil incêndios simultâneos, em São Paulo e no Pará.

"Existe uma suspeita de ação organizada. Por isso, além de todos os que estão aqui, todas as investigações, também temos a participação da Abin, a Agência Brasileira de Inteligência, para verificar se está se repetindo aqui o que ocorreu em outro momento no chamado 'Dia do Fogo', completou.

Os responsáveis por provocar incêndios florestais estão sujeitos a multas administrativas de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil por hectare ou fração, conforme o enquadramento da infração, além do embargo das áreas atingidas, apreensão de equipamentos e responsabilização criminal, que poderá resultar em prisão.

Os incêndios no Amazonas têm gerado enormes nuvens de fumaça e diversas cidades do estado tiveram que suspender atividades. Em Manaus, a

situação crítica na qualidade do ar levou à suspensão das aulas presenciais na rede municipal de ensino, em unidades da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e no campus Manaus Zona Leste do Instituto Federal do Amazonas (Ifam).

"A população de Manaus foi tremendamente prejudicada e está sendo tremendamente prejudicada. Há uma destruição ambiental em curso e nós precisamos punir os responsáveis porque são incêndios criminosos", afirmou.

REDUÇÃO

Capobianco também falou sobre o reforço nas equipes que atuam no combate às queimadas e disse que já há uma redução perceptível nos incêndios, mas que ainda é cedo "para comemorar".

"Nós temos dados positivos. Nós podemos comemorar, porque ainda temos uma situação grave, ainda tem muita fumaça, mas houve uma redução nos eventos de queimadas e de incêndios. Portanto, nós temos um movimento positivo e há um indicativo de redução de novos focos", afirmou.

Questionado a respeito da fumaça em Manaus, o ministro afirmou que a expectativa é que a qualidade do ar melhore nos próximos dias, mas que a situação depende dos ventos da região.

"Há uma certa convergência de forças de ventos para a região de Manaus. É um fenômeno meteorológico sobre o qual nós não temos controle. Nós estamos combatendo intensamente, reduzimos muito os incêndios mais próximos da capital. Mas nós ainda temos incêndios mais distantes, que estão trazendo fumaça para Manaus. Nós esperamos que isso possa reduzir", disse.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), desde o início da temporada de incêndios florestais, já foram extintos 292 incêndios no Amazonas, mas que ainda há outros 08 incêndios ativos no estado.

O governo Federal disponibilizou 11 aeronaves para as operações no Amazonas, das quais seis são utilizadas no combate direto aos incêndios florestais, com capacidade para lançamentos rápidos de água.

ELEIÇÕES

MARCELO BRANDÃO
E IARA BALDUINO/ABRASIL

A campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição para a presidência da República, fará uma denúncia contra a Meta na Organização dos Estados Americanos (OEA) por interferência nas eleições brasileiras.

"Mais uma vez a campanha vem denunciar a interferência externa nas eleições e nós sabemos o peso que as redes sociais têm numa eleição presidencial", disse Camilo Santana, coordenador da campanha, nesta quarta-feira.

A Meta é dona das redes sociais Instagram, Facebook e Threads, além do aplicativo de mensagens WhatsApp. Desde a pré-campanha, a empresa tem sido acusada de falta de transparência em suas decisões.

"Estamos representando junto à Agência Nacional de Proteção de Dados e também junto a organizações internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), fazendo essa denúncia oficial", disse.

Segundo ele, a representação à OEA é um pedido do próprio presidente e candidato à reeleição.

De acordo com Santana, a campanha de Lula se reuniu com partidos e entidades de defesa da democracia de 12 países para reverberar mundialmente a denúncia. Entidades de Argentina, Reino Unido, Chile, Estados Unidos, Espanha e Moçambique, entre outros, participaram da reunião.

"Não podemos admitir essa interferência que está ocorrendo das big techs, principalmente da Meta, nessas eleições", acrescentou o coordenador da campanha.

Mais cedo, a campanha do candidato acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após constatar restrições na entrega de postagens aos usuários de plataformas da Meta.

CRITÉRIOS DIFERENTES

Ontem usuários relataram a



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

diferença nas respostas da IA. A Agência Brasil também fez o teste.

Pedimos para a IA gerar imagem usando a palavra "Lula" e o número 13. A resposta foi: "Não consegui gerar a imagem do pannelto que você pediu".

O mesmo pedido foi feito para o candidato Flávio. Foi gerado então um cartaz com as frases "Eleições 2026", "Vote Flávio 22", "Juntos por um futuro melhor" e até supostos programas de governo.

Camilo Santana também afirmou que o perfil de Lula no Instagram tornou indisponível, por várias horas, os botões de repostar e de fazer um story com o conteúdo daquele perfil.

Em nota, a Meta informou que proibiu a recomendação ou geração de imagens de candidatos.

"Em cumprimento com as regras eleitorais do Brasil, nós proibimos temporariamente a recomendação de candidatos ou a geração de imagens deles. Tomamos medidas adicionais para que comandos usando apenas o primeiro nome dos candidatos e seu número nas urnas também não produzam imagens".

CONSEQUÊNCIAS

A Resolução 23.755 de 2026 do TSE veda aos provedores de aplicação que oferecem inteligência artificial "ranquear, recomendar, sugerir ou priorizar candidatas (os), campanhas, partidos políticos".

O documento também diz que essas IAs não podem "emitir opiniões, indicar preferência eleitoral, recomendar voto ou realizar qualquer forma de favorecimento ou desfavorecimento político-eleitoral, de maneira direta ou indireta, inclusive por meio de respostas automatizadas".

Para Ettore Arpini, especialista em governança de IA, não é possível afirmar que houve intenção da empresa de favorecer um dos candidatos. Porém, ele destaca que, mesmo se for uma falha técnica, ela pode ter consequências políticas. E que a responsabilidade de testar essas ferramentas é de quem as desenvolve e por isso a Meta precisa explicar porque falhou.

Ettori também afirma que, por causa de casos como este, o Brasil

precisa desenvolver capacidade própria de avaliar e fiscalizar Inteligência Artificial.

"Precisamos de regulação e pesquisadores, jornalistas e instituições que entendam a tecnologia e consigam testar como ela funciona no nosso contexto. Não podemos ficar dependendo só da explicação das empresas que desenvolvem esses sistemas. É uma questão de soberania digital", diz.

FALTA DE CRITÉRIOS

Em junho, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) denunciou a derrubada de perfis ligados às mídias independentes e em setembro a Meta desativou a conta de anúncios da campanha de reeleição do presidente Lula sem explicação pública dos motivos.

Um levantamento feito pela organização CTRL+Z, que tem objetivo de denunciar abusos das big techs no Brasil, documentou mais de mil casos de restrições e banimentos feitos pela Meta. Em 22% dos casos as contas ou postagens foram censuradas sem explicação.

ROUBO ELEITORAL

Freixo acionou TSE para investigação da Meta a favor de Flávio

GABRIEL GONÇALVES/AE

O deputado federal Marcelo Freixo (PT-RJ) afirmou ontem, que entrou com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a investigação de uma suposta interferência da Meta nas eleições presidenciais em favor de Flávio Bolsonaro (PL). Em vídeo publicado nas redes sociais, o petista acusou a empresa de favorecer a candidatura do senador em detrimento da campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Acabo de entrar com uma ação no TSE com o pedido de investigação sobre a Meta e a tentativa de interferência em nossas eleições", escreveu Freixo. Em vídeo, reforçou a acusação: "Eles estão interferindo na eleição brasileira. Sim, a meta está fazendo de tudo para que Flávio Bolsonaro seja eleito e Lula seja derrotado. Isso é crime".

O deputado apontou supostas diferenças no funcionamento da inteligência artificial do WhatsApp, que estaria produzindo imagens de campanha para Flávio, mas recusando pedidos semelhantes em favor de Lula. Freixo também denunciou a derrubada de canais ligados ao presidente na plataforma, enquanto canais bolsonaristas permaneceriam ativos.

Ao criticar a influência das plataformas sobre o conteúdo recebido pelos eleitores, Freixo afirmou: "O que é que cada um de nós tá recebendo, o que é que cada um de nós vai receber, que informação chega, não é a gente que controla, são eles. E eles estão completamente direcionados".

O petista também acusou o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de interferir na disputa brasileira por meio das plataformas. "Ou seja, é o Trump através dessas plataformas interferindo na eleição brasileira", declarou. Em seguida, atacou Flávio ao defender a reeleição de Lula. "Por isso que a gente tem que eleger Lula e não eleger um capacho do Trump, que é o Flávio Bolsonaro", disse.

O anúncio ocorre em meio a outras medidas da campanha petista contra a Meta. Nesta quarta-feira, o senador Camilo Santana (PT-CE), coordenador da campanha de Lula, anunciou que levará denúncias de suposto favorecimento eleitoral à Agência Nacional de Proteção

de Dados (ANPD), à Organização dos Estados Americanos (OEA) e a observadores internacionais.

Em uma ação apresentada pela coligação de Lula no último sábado, o TSE também foi acionado para apurar supostas irregularidades da empresa. O ministro Marco Aurélio Bellizze deu prazo de 24 horas para manifestação do Ministério Público Eleitoral (MPE).

Em resposta a essa ação, a Meta negou as acusações de favorecimento eleitoral. A empresa, contudo, reconheceu um incidente técnico global que prejudicou a contabilização de visualizações de publicações no dia 7 de outubro. A manifestação não trata especificamente do pedido de investigação anunciado por Freixo.

Em uma ação apresentada pela coligação de Lula no último sábado, o TSE também foi acionado para apurar supostas irregularidades da empresa. O ministro Marco Aurélio Bellizze deu prazo de 24 horas para manifestação do Ministério Público Eleitoral (MPE).

Em resposta a essa ação, a Meta negou as acusações de favorecimento eleitoral. A empresa, contudo, reconheceu um incidente técnico global que prejudicou a contabilização de visualizações de publicações no dia 7 de outubro. A manifestação não trata especificamente do pedido de investigação anunciado por Freixo.

Em resposta a essa ação, a Meta negou as acusações de favorecimento eleitoral. A empresa, contudo, reconheceu um incidente técnico global que prejudicou a contabilização de visualizações de publicações no dia 7 de outubro. A manifestação não trata especificamente do pedido de investigação anunciado por Freixo.

JUSTIÇA ELEITORAL

STF cobra cumprimento de acesso gratuito a sites

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) envie à Corte informações sobre falhas das operadoras no acesso gratuito aos sites da Justiça Eleitoral durante o primeiro turno das eleições.

No mês passado, Zanin autorizou que pessoas com franquia

de dados esgotada tivessem acesso gratuito aos domínios oficiais da Justiça Eleitoral, incluindo os sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos tribunais regionais eleitorais, para que os eleitores pudessem acessar informações sobre local de votação, justificativa eleitoral, checagem de desinformação, entre outras.

O acesso gratuito também deverá ser liberado pelas opera-

doras 72 horas antes do segundo turno e 24 horas após a votação.

Contudo, após o primeiro turno, o Partido Verde (PV), legenda que entrou com o pedido de liberação da franquia, citou que houve falhas no acesso aos aplicativos e-Título e Pardal, usado para registro de denúncias de propaganda eleitoral.

Na decisão desta quarta, Zanin deu prazo de 48 horas para a Anatel esclarecer as falhas

apontadas.

"Determino à Anatel que, em 48 horas, esclareça a causa das falhas verificadas nos endereços sso. acesso.gov.br e form.omni.serpro.gov.br e nos aplicativos e-Título, Pardal e Boletim na Mão, identificando, por meio dos próprios testes, os endereços e domínios de terceiros de que esses serviços dependem e que não constam da lista", decidiu o ministro.



VITÓRIA DE LULA

Por 75 a 1, Senado aprova fim da escala de trabalho 6x1

VICTOR OHANA
E FLÁVIA SAID/AE

O Senado aprovou na noite de ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1 e estabelece uma carga horária semanal máxima de 40 horas (PEC 221/2019). Foram 75 votos a favor, incluindo o do senador e presidente Flávio Bolsonaro (PL), que votou a distância, e apenas um contrário - do senador e ex-vice-presidente da República no governo Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

O segundo turno foi votado em seguida, após ter sido aprovado um requerimento para instituir um calendário especial para votação da PEC. Com isso, a matéria não precisará passar por três sessões de discussão após a análise em primeiro turno, dispensando o interstício - o intervalo de cinco dias entre um turno e outro. Com isso, será garantida a finalização da votação da PEC ainda nesta quarta-feira.

O texto aprovado pelos senadores não altera o que foi aprovado pela Câmara em maio deste ano. A PEC reduz a jornada máxima de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução



LULA MARQUES/ABRASIL

salarial e com dois dias de folga, não necessariamente consecutivos, além de uma transição gradual de 14 meses após a promulgação.

Antes da votação, o relator da matéria, Omar Aziz (PSD-AM), leu parecer em que rejeitou uma emenda apresentada pelo senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR). O texto previa que jornadas especiais de trabalho já fixadas em lei e que são iguais ou infe-

riores a 40 horas semanais não seriam reduzidas proporcionalmente após a promulgação da emenda constitucional.

Segundo Aziz, ao rejeitar a emenda, o objetivo era que a PEC não retornasse à Câmara. Por sua vez, Oriovisto disse ter "sensibilidade política" e, para evitar que a votação se estendes- se, decidiu retirar o destaque para que sua emenda fosse analisada separadamente.

A aprovação vem 11 dias antes do segundo turno da eleição presidencial e representa uma vitória para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Sob temor de impacto eleitoral, o adversário do petista na disputa, senador Flávio Bolsonaro (PL), e parlamentares da oposição, incluindo o próprio PL, também seguraram suas críticas e decidiram, de última hora, votar favoravelmente à proposta.

CRIME ELEITORAL

TSE proíbe Flávio Bolsonaro de impulsionar publicação anti-Lula

LÓREN SOUZA/AE

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) André Mendonça proibiu onetm, o senador e candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL) de impulsionar vídeo contra o candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas redes sociais. A decisão atende ao pedido da Coligação Brasil Pronto Pra Mais.

A publicação trata-se de um vídeo que começou a ser veiculado em 11 de outubro, com a legenda: "Lula abandonou o Brasil. Mas nós vamos resgatar o

país e os brasileiros do buraco em que ele nos jogou. Nós vamos proteger o trabalhador, nós vamos proteger as mulheres, nós vamos proteger as crianças. E podem ter certeza: o Brasil vai vencer! Vote 22".

Como justificativa, o juiz alegou que a irregularidade da publicação está na utilização de impulsionamento, ou seja, pagamento. A prática aumenta a circulação e o alcance da mensagem, permitindo a disseminação para um público que não seria alcançado pela publicação. A Justiça Eleitoral proíbe o impul-

sionamento de conteúdo com mensagens contrárias ao adversário.

Na determinação, o juiz estabelece o prazo de três horas para o encerramento do impulsionamento pago para o conteúdo e a legenda, além de proibir que a contratação de outro anúncio pago com conteúdo idêntico à legenda, mesmo que em outros impulsionamentos ou provedores. A decisão também se estende à Meta, responsável pelo Instagram e Facebook, que tem prazo igual para retirar o impulsionamento da publicação. A

decisão do Juiz foi submetida ao Plenário da Corte.

Mendonça também afirmou que o conteúdo pode continuar disponível de forma orgânica, ou seja, sem a realização de pagamento para maior circulação nas redes.

Ainda no primeiro turno, uma peça idêntica e com a mesma legenda foi impulsionada irregularmente. A campanha de Flávio Bolsonaro foi condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 por impulsionamento irregular de propaganda eleitoral negativa.

CÂMARA

Motta: assumo compromisso de votar reajuste do Simples até o final do ano

GABRIEL MÁXIMO/AE

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) (**foto**), disse ontem, que se comprometeu a votar ainda neste ano o projeto de lei que reajusta as faixas do Simples Nacional.

A promessa foi feita aos deputados Any Ortiz (PP-RS) e Jorge Goetten (Republicanos-SC), presidente e relator, respectivamente, da comissão especial que analisa uma proposta sobre o tema, e veio após Motta construir um acordo para votar o projeto enviado pelo governo em junho que amplia apenas o limite de faturamento do microempreendedor individual (MEI).

"Para ser justo, os deputados Jorge Goetten e Any Ortiz disseram que, diante dos debates realizados em todo o Brasil, eles não se sentiam confortáveis de avançar no reajuste do MEI, sem haver o reajuste do Simples Nacional, que também é uma pauta muito justa, já que há muitos anos não há o reajuste dos valores das empresas que estão dentro do Simples Nacional. Que eles só se sentiriam confortáveis de vir ao ple-



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

nário se pudessem também tratar do reajuste do Simples, que, repito, é uma matéria muito justa e é uma matéria que esta Casa deverá deliberar sobre ela ainda neste ano de 2026", relatou.

Motta afirmou ainda que a votação de todas as faixas do Simples não acontecerá nesta quarta em razão de "não haver previsão orçamentária".

"Então, nós vamos deliberar agora o reajuste do MEI e eu assumo o compromisso, não só com o deputado Jorge Goetten, com a deputada Any Ortiz, mas com todos os partidos desta Casa, que eu me dedicarei, pessoalmente, para que até o final do ano nós possamos, respeitando o trabalho da comissão especial, tratar do reajuste das

empresas que funcionam no regime do Simples Nacional do Brasil", reiterou o presidente.

Após a fala de Motta, o líder do União Brasil na Câmara, Pedro Lucas Fernandes (MA), disse que o partido apresentará uma emenda ao relatório do deputado Rubens Pereira Jr (PT-MA) para garantir a ampliação de todas as faixas do Simples.

PESQUISA QUAEST

No 2º turno, Flávio tem 46% dos votos, tontra 44% de Lula

MARIANA RIBAS, DANIEL TOZZI
E MATEUS FAGUNDES/AE

A primeira pesquisa Quaest para o segundo turno, divulgada ontem, mostra o senador Flávio Bolsonaro (PL) com 46% das intenções de votos, contra 44% do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Como a margem de erro é de 2 pontos percentuais, ambos os candidatos estão em empate técnico.

Na última pesquisa, divulgada na véspera do primeiro turno, Flávio atingiu 44% das intenções de voto para o segundo turno, já Lula tinha

42%.

Ainda conforme o levantamento, o primeiro do instituto após o primeiro turno das eleições, 9% dos eleitores disseram que votarão em branco ou nulo no segundo turno, outros 1% se disseram indecisos.

A Quaest entrevistou 2.154 pessoas com 16 anos ou mais, entre os dias 10 e 13 de outubro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-08729/2026.

Quaest: 43% temem mais volta da família Bolsonaro ao poder

Os eleitores estão divididos quando se trata do medo da população em relação a vitória dos candidatos em disputa no segundo turno. Segundo a pesquisa Quaest divulgada ontem, 43% têm medo da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e 43% temem a volta da família Bolsonaro ao poder. Os números são os mesmos apresentados na pesquisa divulgada antes do primeiro turno, no dia 28 de setembro.

Este é o primeiro levantamento da consultoria após o resultado do primeiro turno no último dia 4. A pesquisa do dia 28 de setembro mostrava que

43% temiam uma vitória do petista e 43% também temiam o retorno à família Bolsonaro.

O levantamento mostra que 3% afirmam ter medo dos dois cenários, enquanto 6% dizem não temer nenhum deles. Não souberam responder ou não responderam 5% dos entrevistados.

A Quaest entrevistou 2.154 pessoas com 16 anos ou mais, entre os dias 10 e 13 de outubro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-08729/2026.

TIRO NO PÉ

42% dos eleitores de Flávio dizem que escolha é para tirar PT

DANIEL TOZZI
E MARIANA RIBAS/AE

Pesquisa Quaest divulgada ontem mostra que, entre eleitores que declaram voto em Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno da eleição presidencial, 42% afirmam que essa escolha é para tirar do poder o PT, partido do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Já entre eleitores de Lula, 23% afirmam que essa escolha é para impedir o retorno da família Bolsonaro ao poder.

Ainda segundo a pesquisa,

53% dos eleitores de Flávio dizem que escolhem o senador por considerá-lo o melhor candidato. Já entre eleitores de Lula, 73% avaliam que o petista é o melhor candidato.

A Quaest entrevistou 2.154 pessoas com 16 anos ou mais, entre os dias 10 e 13 de outubro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-08729/2026.

Quaest: 64% dos eleitores aprovam fim das bets

DANIEL TOZZI
E MARIANA RIBAS/AE

Pesquisa Quaest divulgada ontem mostra que o fim da operação legal das bets no País e o fim da escala de trabalho 6x1 são as propostas do atual presidente e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mais aprovadas pelo eleitor.

Conforme o levantamento, 64% dos entrevistados disseram que sabiam do fim das bets e apoiam a medida. Entre os que tinham conhecimento sobre a medida, 17% a desaprovam, de acordo com a pesquisa.

Já o fim da escala de trabalho 6x1, que está sendo votada nesta quarta-feira pelo Senado, tem

aprovação de 61% dos entrevistados, entre aqueles que foram ouvidos e tinham conhecimento sobre a medida. Também entre os que já conheciam a medida, a desaprovação é de 20%.

A Quaest entrevistou 2.154 pessoas com 16 anos ou mais, entre os dias 10 e 13 de outubro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Entre as medidas relacionadas ao adversário de Lula no segundo turno das eleições, o senador Flávio Bolsonaro (PL), a que tem maior aprovação é a redução da maioridade penal para 16 anos e para 14 anos em caso de estupro.

CENSURA

Autoridades turcas fazem intervenção em canal de TV

Autoridades turcas realizaram ontem, uma operação de busca na sede de uma das poucas emissoras do país não alinhadas ao governo. Um interventor foi nomeado para supervisionar o canal *Halk TV*, que teve a sede cercada pela polícia e as transmissões temporariamente interrompidas.

A Promotoria Pública de Istambul afirmou que uma investigação foi instaurada contra o presidente do canal, Cafer Mahiroglu, sobre acusações de fraude em licitação, suborno e lavagem de dinheiro.

A intervenção ocorreu no momento em que um dos principais adversários do governo Erdogan, o ex-prefeito preso de Istambul Ekrem Imamoglu deveria comparecer ao tribunal para se defender de acusações de corrupção, em outro caso que críticos também veem como uma medida de motivação política contra a oposição.

MAR NEGRO

Bulgária diz que Rússia provavelmente está por trás de ataques

O primeiro-ministro da Bulgária, Rumen Radev, disse ontem, que a Rússia provavelmente está por trás dos ataques com drones que atingiram quatro navios no Mar Negro, perto da costa búlgara, nesta semana - afundando dois deles -, mas que não há como provar a responsabilidade de Moscou.

Na terça-feira, Radev convocou a embaixadora russa na capital búlgara, que afirmou não ter informações do Ministério da Defesa da Rússia, mas não descartou a possibilidade de que "esses ataques representem uma provocação de uma terceira parte"

A Bulgária solicitou assis-

A *Halk TV* tem feito a cobertura ostensiva do julgamento e de outros casos contra Imamoglu.

Grupos de liberdade de imprensa e partidos de oposição, como a Associação de Jornalistas Contemporâneos, a Anistia Internacional e o Novo Partido, denunciaram a ação, classificando-a como mais um passo do governo para silenciar vozes de oposição.

A liberdade de imprensa na Turquia tem sido constantemente corroída durante os mais de duas décadas em que o presidente Recep Tayyip Erdogan está no poder. A maioria dos veículos de comunicação está sob controle do governo ou alinhada a ele. O país ocupa a 163ª posição entre 180 países no índice mundial de liberdade de imprensa da Repórteres Sem Fronteiras.

O governo citou preocupações de segurança pública para justificar as restrições.

tência internacional para a investigação dos ataques a embarcações comerciais, bem como apoio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para fortalecer os sistemas de vigilância e controle e as capacidades de resposta contra ataques de drones.

A presidente da Bulgária, Iliana Yotova, pediu a interrupção imediata das hostilidades no Mar Negro e uma moratória sobre ataques de drones contra infraestrutura comercial e civil, após os últimos ataques de drones. Ela explicou que passos coordenados foram tomados com a Romênia e a Turquia após os crescentes riscos e perigos no Mar Negro.

ARÁBIA SAUDITA

Autoridades dizem que houthis atacaram escritórios de executivos

Escritórios de altos executivos da petrolífera saudita Aramco foram atingidos durante um ataque dos houthis à sede da empresa em Dhahran, no leste da Arábia Saudita, na noite de terça-feira, segundo duas autoridades regionais ouvidas ontem.

De acordo com as fontes, que conversaram com a *Associated Press* sob condição de anonimato, os três andares superiores de um prédio utilizado pelos principais executivos foram danificados. Uma das autoridades disse que o escritório do presidente-executivo da Aramco estava entre os atingidos. Não houve vítimas.

Procurada pela *AP*, a Aramco não respondeu a um pedido de comentário. O Centro de Comunicação Internacional, órgão do governo saudita responsável por supervisionar a atuação da imprensa estrangeira no reino, afirmou que estava apurando o caso.

Mais cedo, o Ministério da Energia da Arábia Saudita já havia informado que um prédio da Aramco em Dhahran havia sido atingido na noite de terça-feira, provocando um incêndio de alcance limitado, sem deixar vítimas.

Dhahran abriga a sede da

Aramco, um grande complexo com diversos edifícios e unidades de produção. Dois funcionários, que conversaram com a *Agence France-Presse* sob condição de anonimato, afirmaram que uma torre foi atingida durante a noite

"Os três últimos andares foram destruídos", disse um deles. Uma segunda fonte confirmou o ataque.

Os houthis confirmaram nesta quarta, que atacaram a Aramco, assim como o aeroporto de Riad e uma refinaria na capital saudita. Eles também afirmaram que prosseguirão com os ataques contra as instalações petrolíferas e os aeroportos sauditas.

Durante a manhã, foram ouvidas explosões no centro de Riad. As autoridades informaram que quatro pessoas, entre elas duas mulheres e uma criança, ficaram feridas por estilhaços de mísseis na capital saudita.

Nas últimas semanas, a maioria dos ataques teve como alvo instalações localizadas nas imediações de Riad. Agora, os bombardeios parecem estar se aproximando do centro da cidade, a julgar pelos rastros de mísseis observados no céu e pelas fortes explosões ouvidas pelos moradores.

PANDEMIAS

ONU aprova declaração por mais cooperação entre países

A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou, na última segunda-feira, declaração política sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias. Apesar de não ter caráter vinculante para os países-membros, o documento apela por maior cooperação no enfrentamento de futuras emergências sanitárias e foi comemorado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O texto deveria ter sido adotado por consenso em uma reunião de alto nível realizada em 25 de setembro, durante a Assembleia Geral da ONU, o que não foi possível devido a objeções dos Estados Unidos (EUA) e de outros países.

A declaração política, divulgada nesta semana, contou com 153 votos a favor e apenas três contrários, dos EUA, Israel e Argentina. Nova Zelândia e Paraguai se abstiveram.

Um ponto importante, entretanto, permanece inconcluso: o anexo do Acordo de Pandemias da OMS, que trata de um sistema para que os países compartilhem amostras e dados genéticos, além de vacinas, tratamen-

tos e diagnósticos.

As negociações esbarraram em impasses entre interesses de países em desenvolvimento, dos Estados Unidos e de nações de alta renda da Europa. As conversas devem ser retomadas em maio do próximo ano, na Assembleia Mundial da Saúde.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, ressaltou a importância de finalizar essas negociações, para que o Acordo de Pandemias possa ser aberto à assinatura dos Estados-membros e ratificado como lei internacional.

"O mundo avançou muito desde a Covid-19. Convocamos os países a cumprirem agora os compromissos que assumiram", disse.

BRASIL

Como membro da ONU, o Brasil deverá atender ao apelo da organização por maior cooperação no enfrentamento de futuras emergências sanitárias. O país ainda vive as consequências dos graves erros cometidos pelo Poder Público na condução da resposta à pandemia de Covid-19.

De acordo com especialistas,

RECURSOS NATURAIS

Groenlândia contesta Trump e diz estar muito longe da ‘exploração massiva’

O vice-ministro de Mineração da Groenlândia, Jorgen Hammeken-Holm, contestou ontem, as declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e afirmou que o território autônomo está "muito longe de uma exploração 'massiva' de recursos naturais.

Mais cedo, Trump disse em uma publicação na Truth Social que uma "exploração massiva de petróleo, gás e minerais" estava "préste a começar em nossa nova e bela Groenlândia".

"Há especialistas que afirmam que a quantidade de petróleo de fácil acesso é muito maior do que a encontrada em quase qualquer outro território do mundo e, ainda mais importante, do ponto de vista da segurança, tanto para a defesa quanto para o ataque dos EUA e da Europa, não há nada que se compare a ela", escreveu o republicano.

"Qualquer ataque futuro aos

EUA terá de passar pela Groenlândia, onde nossas defesas derrubarão rotineiramente drones, mísseis ou qualquer outra forma de armamento que sequer tenha sido concebida", acrescentou. "Isso nos dá tempo, localização e campo de visão como em nenhum outro lugar do mundo."

Hammeken-Holm reconheceu, em entrevista à emissora americana *CNN*, que "há atividades de empresas americanas" na região, mas afirmou que a Groenlândia está "muito longe de uma exploração 'massiva'".

"Há várias atividades de exploração de menor escala em andamento, mas elas podem levar anos até se tornarem operacionais", acrescentou.

A parlamentar Naaja H. Natanielsen, que representa a Groenlândia no Parlamento da Dinamarca, disse à *Associated Press* que não ficou surpresa nem preocupada com a publica-

ção de Trump.

"É simplesmente assim que o presidente decide se manifestar", afirmou. "Acho que todos nós já esperamos algo do tipo."

Naaja disse que os projetos atuais relacionados à extração de recursos ainda estão a anos de uma possível concretização. Ela afirmou acreditar que o público-alvo da publicação, às vésperas da próxima eleição, eram os americanos preocupados com o preço da gasolina, e não os groenlandeses.

"Reconheço a preocupação nos EUA, mas acho que essa não é uma solução rápida", disse Naaja. "Não haverá petróleo extraído na Groenlândia em um futuro próximo."

A parlamentar também afirmou que não ficou incomodada com o fato de Trump chamar a ilha de "nossa Groenlândia". "É claro que considero isso um tanto desrespeitoso", disse. "Mas também é possível interpretar a

Os Estados-membros também destacaram a necessidade urgente de concluir as negociações sobre o anexo, como um componente fundamental para que o Acordo de Pandemias da OMS ajude a promover uma resposta global mais equitativa, coordenada e eficaz a futuras ameaças pandêmicas.

ACESSO A TRATAMENTOS

O sistema de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS, na sigla em inglês), previsto no anexo do acordo, prevê que os farmacêuticos participantes disponibilizem à OMS acesso rápido equivalente a 20% de sua produção em tempo real no caso de uma nova pandemia.

Isso inclui vacinas, terapias e diagnósticos seguros, eficazes e de qualidade para o patógeno causador de eventual emergência pandêmica.

A distribuição desses produtos aos países será feita com base no risco e nas necessidades de saúde pública, com especial atenção às necessidades dos países em desenvolvimento.

expressão como um termo carinhoso, se quisermos ser muito generosos. Neste momento, não dou muita importância a isso."

A Groenlândia, que se encontra na rota mais curta para mísseis entre a Rússia e os EUA, representa uma localização estratégica para o "Domo Dourado", projeto de escudo de defesa proposto por Trump. Também possui reservas de terras raras ainda inexploradas e poderia ser uma região crucial à medida que o degelo polar abra novas rotas marítimas.

Trump assinou um acordo de segurança com os líderes da Groenlândia e da Dinamarca em setembro. Nos termos do pacto de 10 páginas, os EUA construirão duas bases militares no sul e no leste da Groenlândia.

As bases serão estabelecidas em Narsarsuaq, no sul da ilha, e em Mestersvíg, no leste, além da base de Pituffik, que já opera no norte.

PROFETA MAOMÉ

Estudante iraniana é condenada à morte por blasfêmia nas redes sociais

GEOVANNA HORA/AE

A estudante iraniana Najmeh Amini, de 23 anos, foi condenada à morte por blasfêmia por causa de uma publicação nas redes sociais.

A blasfêmia é uma manifestação considerada ofensiva ou desrespeitosa a algo que determina a religião considera sagrado. Na legislação iraniana, a pena de morte é prevista para quem for condenado pelo crime de sabolnabi, que consiste em insultar o profeta Maomé ou outros profetas divinos.

A organização Iran Human Rights, sediada na Noruega, afirmou que o jornal iraniano Khorasan informou que Najmeh foi presa em Mashhad, no nordeste do Irã, em 3 de fevereiro, após um monitoramento realizado pela Polícia Cibernética Iraniana, conhecida como Fata, sob a acusação de "proferir insultos extrema-

mente obscenos e ofensivos contra os imames infalíveis [figuras sagradas do islamismo xiita]". O conteúdo da publicação que levou à prisão não foi divulgado.

Segundo a organização, Najmeh foi julgada pela 6ª Vara do Tribunal Criminal de Primeira Instância da província de Khorasan Razavi, presidida pelo juiz Javad Asian-Yazd, e condenada à morte sob a acusação de sabolnabi. A data da condenação não foi mencionada em um comunicado oficial ao qual a Iran Human Rights teve acesso.

No entanto, a organização Human Rights Activists in Iran, sediada nos Estados Unidos, afirmou que, em um áudio, Najmeh disse ter sido condenada à morte em 16 de setembro e pediu à comunidade internacional e à Organização das Nações Unidas (ONU) que a ajude a obter um julgamento justo.

"Sou uma jovem inocente

com tantos sonhos e esperanças. Sejam a minha voz", disse a estudante.

Embora o Código Penal Islâmico preveja a pena de morte para o crime de sabolnabi, a legislação estabelece hipóteses de defesa que podem afastar a punição, como quando o acusado afirma ter feito as declarações sob coerção, em estado de embriaguez ou intoxicação, por um lapso de linguagem ou sem atentar para o significado das palavras. Em certas circunstâncias, a punição pode ser substituída por até 74 chibatadas.

A Iran Human Rights afirmou que o Khorasan informou que o advogado de Najmeh alegou que ela havia feito as publicações "por um lapso de linguagem", enquanto a estudante relacionou o episódio ao "consumo de substâncias alucinógenas".

"Eu havia consumido cogumelos alucinógenos com alguns amigos e, enquanto estava sob efeito

de alucinações, publiquei essas frases nas redes sociais, depois de me deixar levar intensamente pelo ambiente", disse Najmeh.

No entanto, o juiz contestou as declarações e questionou por que a estudante não havia insultado "outras pessoas ou adversários do regime, como os Estados Unidos e Israel".

Segundo a Iran Human Rights, as execuções por acusações de blasfêmia são relativamente raras em comparação com as relacionadas a outros crimes puníveis com a morte. As últimas ocorreram em 8 de maio de 2023, quando Yousef Mehrdad e Sadrollah Fazeli Zare foram executados.

"Condenar à morte uma mulher de 23 anos pelo que expressou nas redes sociais é um acontecimento extremamente alarmante", disse o diretor da Iran Human Rights, Mahmood Amiry-Moghaddam, em nota publicada no site da organização.